

TERMO DE USO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Versão 1.0

Brasília, 30 de janeiro de 2022.

1. Quais informações estão presentes neste documento?

Neste Termo de Uso, o usuário do serviço **Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome** encontrará informações sobre: o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis a ele; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do usuário ao utilizar o serviço; as responsabilidades da administração pública ao prover o serviço; informações para contato, caso exista alguma dúvida ou seja necessário atualizar informações; e o foro responsável por eventuais reclamações caso questões deste Termo de Uso tenham sido violadas.

Além disso, na Política de Privacidade, o usuário do serviço **Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome** encontrará informações sobre: qual o tratamento dos dados pessoais realizados, de forma automatizada ou não, e a sua finalidade; os dados pessoais dos usuários necessários para a prestação do serviço; a forma como eles são coletados; se há o compartilhamento de dados com terceiros; e quais as medidas de segurança implementadas para proteger os dados.

2. Aceitação do Termo de Uso e Política de Privacidade

Ao utilizar os serviços, o usuário confirma que leu e compreendeu os Termos e Políticas aplicáveis ao serviço **Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome** e concorda em ficar vinculado a eles.

3. Definições

Para melhor compreensão deste documento, neste Termo de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Agentes de tratamento: o controlador e o operador.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entes privados.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

Agente público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

Agentes de Estado: inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.

Internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.

Sítios e aplicativos: sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.

Terceiro: Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.

Usuários(as) (ou "Usuário(a)", quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço **Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**.

4. Descrição do serviço

1 – Formar-se em temáticas de desenvolvimento social e esporte, por meio de cursos EaD e de recursos educacionais digitais (REDs) (EAD)

O Portal de ensino a distância “Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome” é um espaço virtual de aprendizagem onde são oferecidos cursos a distância e recursos educacionais digitais (REDs) sobre temas relevantes relacionados à atuação do Ministério. As ações de formação são desenvolvidas para atender especialmente às demandas de técnicos, gestores e profissionais das diversas áreas de atuação do Ministério. Entretanto, qualquer cidadão(ã) interessado(a) pode se cadastrar no Portal e acessar os cursos e REDs.

Para cadastrar-se no Portal EAD/MDS, basta acessar o site e cadastrar-se no Portal com a inserção de nome completo, e-mail, CPF, seleção do Estado e município e criação de sua senha.

Web: novoead.cidadania.gov.br

Os cursos do Portal EaD emitem certificado de conclusão para os alunos aprovados. Já para os REDs não há certificado de conclusão.

2 - Capacitação para utilizar os sistemas de cadastro e de gestão dos programas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

São ações de formações presenciais e remotas ofertadas aos técnicos(as) e gestores(as) do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil (PAB), para serem habilitados(as) a utilizar corretamente o Sistema de Cadastro Único V7 e o Sistema de Gestão de Benefícios – SIBEC.

Qualquer pessoa que utilize determinado serviço pode se inscrever para participar da avaliação dos serviços públicos, principalmente Agentes públicos e sociais dos Governos federal, estadual, distrital e municipal que atuam no Cadastro Único e no Programa Auxílio Brasil.

3 - Formação como instrutor de cursos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

São ações de formações presenciais para técnicos(as) e gestores(as) de Formulário do Cadastro Único e de Gestão do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil (PAB) que atuarão como instrutores(as) em ações de formação no âmbito dos estados e municípios.

Qualquer pessoa que utilize determinado serviço pode se inscrever para participar da avaliação dos serviços públicos, principalmente Agentes públicos e sociais dos Governos federal, estadual, distrital e municipal que atuam no Cadastro Único e no Programa Auxílio Brasil.

Inscrição Pelo telefone: (61) 2030-1545 e E-mail: capitacao.sagi@cidadania.gov.br

5. Agentes de tratamento

A quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais realizado no serviço Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome?

A Lei Geral de Proteção de Dados define como controlador, em seu artigo 5º:

Art. 5º, VI – controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Para o serviço **Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais são de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

As operações de tratamento de dados pessoais são realizadas no âmbito do Controlador.

Controlador: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco "A".

E-mail: ata.gab@cidadania.gov.br.

Operador: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco "A".

E-mail: ca.pacitacao.sagi@cidadania.gov.br

Quem é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados?

A Lei Geral de Proteção de Dados define como encarregado, em seu artigo 5º:

Art. 5º, VIII – pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Foi indicado o Ouvidor-Geral do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para desempenhar o papel de Encarregado do órgão e atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os Operadores, os(as) titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. O Encarregado pode ser contatado pelo e-mail protecaodados@cidadania.gov.br.

Endereço do Encarregado: Esplanada dos Ministérios - Bloco "A" 2º andar.

6. Arcabouço legal

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016 - Regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e a purgação de infrações.

Instrução Normativa SGD nº 117, de 19 de novembro de 2020 - Dispõe sobre a indicação do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Portaria MC nº 538, de 13 de Janeiro de 2021 - Designa o Ouvidor-Geral para atuar como Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Propõe o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade.

Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 - Institui a Plataforma Digital e propõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, propõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o estabelecido no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e propõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019 - Institui o portal gov.br e propõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal.

Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

7. Quais são os direitos do usuário do serviço?

O usuário do serviço possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:

- **Direito de confirmação e acesso** (Art. 18, I e II): é o direito do usuário de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
- **Direito de retificação** (Art. 18, III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- **Direito à limitação do tratamento dos dados** (Art. 18, IV): é o direito do usuário de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

- **Direito de oposição (Art. 18, § 2º):** é o direito do usuário de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

- **Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, V):** é o direito do usuário de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.

- **Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20, LGPD):** o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

8. Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o serviço?

O usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o serviço **Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**.

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

O usuário do serviço é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

O Órgão não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- a. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c. Proteção do computador;
- d. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- e. Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- f. Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- g. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- h. Perímetro inseguro;

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

9. Quais são as responsabilidades da administração pública com meus dados?

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

10. POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais).

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultar periodicamente esta seção.

O **Site do Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome** se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6º:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

11. Quais dados pessoais são tratados pelo serviço?

O Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome coleta dados que considera indispensáveis para o funcionamento de nossos diversos serviços, tais como nome, CPF (ou Razão Social e CNPJ, no caso de Pessoas Jurídicas), e-mail, telefones para contato, nacionalidade, naturalidade, gênero, raça, dados acadêmicos e profissionais, entre outros.

Além disso, ao tratar os seus dados, o Ministério respeita todos os princípios estabelecidos no artigo 6º da LGPD, especialmente o princípio da necessidade, que estabelece que o tratamento deve ser limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, de forma proporcional e não excessiva.

12. Como os dados são coletados?

Formas de Coleta utilizadas pelo Portal:

- **Cadastramento, inscrições, realização de atividades, entre outros:** Seus dados são coletados quando você (i) preenche os campos do formulário de cadastramento do Portal; (ii) realiza a inscrição em cursos, turmas, trilhas, salas, entre outros; (iii) realiza ações nos ambientes do portal (ex: ao assistir vídeos, visualizar recursos, alterar *status* de inscrição, receber pontuação, realizar uma atividade, entre outros).
- **Outros bancos de dados da Administração Pública:** Alguns dos seus dados podem ser coletados por meio de API (*Application Program Interface*) de bancos de dados de sistemas de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, como o Sistema de Informação do Programa Criança Feliz (E-PCF), também do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
- **Cookies:** Também coletamos dados por meio de *cookies*, que são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados. Assim, dados sobre o dispositivo utilizado pelo usuário, bem como o local e horário de acesso ao site podem ser eventualmente armazenados. No Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por exemplo, utilizamos cookies para verificar configurações de browser e dispositivos para melhorar a experiência do usuário. Todas as regras previstas nesta Política de Privacidade e Termo de Uso também são aplicáveis a essas informações, que também são consideradas dados pessoais.
- **Navegação no Portal:** Também coletamos seus dados quando você (i) utiliza os nossos serviços; (ii) preenche formulários, faz comentários, participa de votações, responde a enquetes, comparece a eventos online, realiza buscas e demais interações nos nossos serviços; e (iii) acessa nossos serviços pelo seu computador, telefone celular, *smart TV* e/ou outro dispositivo de acesso. Os dados coletados a partir do seu acesso aos serviços podem incluir: sua localização aproximada (latitude e longitude); seu endereço de IP; informações do seu dispositivo de acesso (como identificador da unidade, identificador de publicidade, nome e tipo de sistema operacional);

13. Para que fim utilizamos seus dados?

Conforme hipótese do inciso III, do art. 7º da Lei nº 13.709, de 2018, o tratamento e uso compartilhado de dados, pela administração pública, podem ser realizados quando necessários à execução de políticas públicas, previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres

Os objetivos principais da coleta de dados neste Portal estão relacionados à continuidade e melhoria dos serviços que prestamos.

Fornecer serviços e aprimorá-los: O Portal coleta dados principalmente para oferecer cursos, recursos educacionais e outros programas e atividades voltados para capacitação e formação. Com os dados coletados é possível registrar o progresso dos(as) alunos(as) nas atividades; alinhar os conteúdos aos públicos-alvo e às políticas públicas envolvidas; gerenciar as ofertas de turmas, cursos e recursos; verificar a demanda por determinados temas; acompanhar indicadores; realizar pesquisas e análises; além de outras atividades de monitoramento e gestão do Portal.

Prestar suporte técnico: Seus dados também serão utilizados para as atividades de suporte técnico e operacional, bem como para garantir a segurança e funcionalidade dos serviços. Além disso, a análise dos dados nos permite prevenir problemas técnicos ou de segurança, bem como antecipar atividades ilegais, fraudulentas ou suspeitas, que possam provocar danos ao Ministério ou a terceiros.

Monitoramento de políticas, ações, programas e outras atividades do Ministério: Seus dados podem ser utilizados para o acompanhamento de políticas, ações, programas e atividades do Ministério que estejam relacionados aos cursos, turmas, trilhas, recursos educacionais e demais ofertas do Portal.

14. Qual o tratamento realizado com os dados pessoais?

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o tratamento de dados pessoais será realizado utilizando como bases legais:

"Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

(...)

III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;" (grifo nosso).

15. Os dados pessoais utilizados no serviço são compartilhados?

Compartilhamos os dados com:

- Órgãos e instituições da Administração Pública: Seus dados podem ser compartilhados pela unidade gestora do Portal com outras unidades do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e órgãos ou instituições da Administração Pública que solicitarem formalmente e com a devida fundamentação.
- Ordens judiciais e pedidos de informação: Em obediência a ordens judiciais ou pedidos de informações, o Ministério poderá compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas ou de forma necessária para cumprir como as obrigações legais que possuir.

16. Segurança no tratamento dos dados pessoais do usuário

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome se compromete a cumprir todas as legislações ligadas ao uso correto dos dados pessoais do(a) cidadão(ã) de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos(as) titulares dos dados.

O órgão também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou sob sua guarda, bem como implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

O Ministério poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou a ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o serviço ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais. Caso isso ocorra, os(as) titulares dos dados serão notificados(as), salvo quando o processo estiver em segredo de justiça. Conservaremos seus dados pessoais pelo período de 5 (cinco) anos, tempo necessário para a(s) finalidade(s) de processamento para a(s) qual(is) foram coletados e para os ciclos de auditoria realizados pelo próprio Ministério e por órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU). Esse período de armazenamento poderá ser revisto em alinhamento a qualquer nova disposição legal sobre prazo de retenção.

17. O serviço Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome utiliza cookies?

Sim, o portal gov.br utiliza cookies próprios (primários), ou seja, do domínio gov.br, para registrar as configurações e preferências de navegação dos usuários e gerar relatórios estatísticos através do Google Analytics, e também cookies de terceiros para complementar essas estatísticas.

18. O serviço Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome utiliza cookies de terceiros?

Sim, o portal gov.br depende dos serviços fornecidos por terceiros que permitem:

- Melhorar as campanhas de informação do governo;

- Oferecer conteúdo interativo;
- Melhorar a usabilidade e facilitar o compartilhamento de conteúdo nas redes sociais;
- Assistir a vídeos e a apresentações animadas diretamente no gov.br.

Os cookies de terceiros, no portal gov.br, são todos cookies de publicidade e multimídia da Google. Esses terceiros coletarão e usarão dados de navegação também para seus próprios fins. O usuário pode desativá-los direto no site da Google.

- Informativo oficial dos cookies de terceiros da Google (<https://business.safety.google/adscookies/>)
- Política da Google (<https://policies.google.com/technologies/partner-sites?hl=pt-BR>)

O Google Analytics no portal gov.br tem recursos de relatórios de publicidade ativados, que coleta informações adicionais por cookie da DoubleClick.net (empresa vinculada ao Google), como atividade da web e de IDs de publicidade do dispositivo (atividade do aplicativo), (<https://support.google.com/analytics/answer/2799357>).

O portal gov.br não tem controle sobre quais cookies de terceiros serão ativados. Alguns cookies de terceiros que podem ser encontrados ao acessar o portal:

Domínios: Google, YouTube, Doubleclick.net

19. Este Termo de Uso ou a Política de Privacidade podem ser alterados?

A presente versão deste Termo de Uso e Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: **30/01/2023**.

O editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, o site das presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço Portal Capacitação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização destes Termos de Uso e Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no site do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

20. Qual o foro aplicável caso o usuário queira realizar alguma reclamação?

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida na Justiça Federal, seção judiciária do domicílio do usuário.

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, com base no art. 18, parágrafo único, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).